

07

José Carlos Aleluia

Com uma dívida pública de quase 150 bilhões de dólares, cujos encargos consumirão 65 por cento das verbas do Orçamento da União em 1993, o Estado brasileiro não tem condições de promover o desenvolvimento econômico, nem de resgatar a enorme dívida social contraída com a população. Sem recursos para cumprir suas funções básicas nos campos da educação, da saúde e da segurança pública, o Governo é incapaz de manter e conservar a infra-estrutura econômica já instalada e, mais ainda, de financiar a expansão de serviços e obras públicas.

O Brasil está cada vez mais pobre. Segundo o IBGE, a renda individual dos brasileiros é hoje 5,6 por cento menor do que em 1980. As favelas aumentam. O Estado não tem meios de suprir as carências da população. A economia parou. Faltam empregos. A nossa falência está expressa nas escolas, na falta de moradias, nas estradas esburacadas, em toda parte. Vivemos em 1980 a chamada década perdida e vamos acabar desperdiçando também a década de 1990, se continuarmos a adiar as medidas necessárias à retomada do crescimento e à recuperação do Estado.

Nossa crise não se resolve com choques ou mágicas econômicas. Para recuperar a capacidade de investimentos do Estado, é preciso que o Governo arrecade mais e gaste melhor o que amealha. A sociedade, contudo, não suportaria novo aumento na carga tributária. Temos cerca de 60 impostos e tributos, que oneram os custos das empresas, reduzem a absorção de mão-de-obra, dificultam a fiscalização e incentivam a sonegação. É preciso simplificar e reduzir os impostos, para melhorar a eficiência da máquina arre-

cadadora.

Mas isso não basta. Toda e qualquer receita será insuficiente, se o Estado não se tornar mais eficiente. Para tanto, é preciso reduzir-lhe as atribuições, transferindo à iniciativa privada a execução dos investimentos econômicos e a oferta de bens e serviços. Ao Estado cabe regulamentar a atividade econômica e fiscalizar sua execução.

O Brasil resiste, no entanto, à idéia de enxugar o Estado, seja pela privatização de empresas públicas, seja pela abertura de espaços para que a iniciativa privada assuma o risco do financiamento e operação de serviços públicos, mediante concessões e permissões. O Estado continua a crescer, enquanto empacam os programas de privatização e de desestatização.

Em 1992, quando a privatização mais deslanchou, o Governo arrecadou cerca de quatro bilhões de dólares com a venda de empresas públicas. Mas investiu, ao mesmo tempo, cerca de oito bilhões de dólares, por intermédio de estatais como a Petrobrás, Telebrás, Vale do Rio Doce, Eletrobrás e Rede Ferroviária. Ou seja, a estatização avançou no Brasil, enquanto na Argentina, por exemplo, a privatização atingiu os setores de aviação, energia, gás, telefonia, ferrovias e metrô, proporcionando receita de 5,4 bilhões de dólares aos cofres públicos e uma redução de quase sete bilhões de dólares na dívida pública.

O Estado argentino, além de privatizar estatais, abriu áreas da economia à iniciativa privada, ensejando o surgimento de grupos econômicos de porte internacional, a retomada de investimentos e a geração de empregos. Resultado: em 1992, o PIB cresceu cerca de nove por cento. Na Inglaterra, a privatização do

setor elétrico deu novo impulso à indústria de bens de capital e aumentou as exportações. Mas, no Brasil, apesar da falência do Estado, ainda não cuidamos de elaborar normas que definam as relações entre o Governo, a livre iniciativa e os consumidores, a fim de viabilizar a participação do capital privado na expansão e exploração dos serviços públicos. O Estado não investe e nem permite que a iniciativa privada o faça.

Aprovado pela Câmara em meados do ano passado, aguarda parecer do Senado Federal um projeto que regulamenta as concessões de serviços públicos à livre iniciativa. Nem o Governo nem os senadores parecem interessados em sua aprovação. Sem regras claras e duradouras, ficará apenas na boa intenção o propósito de alguns ministros de atrair capitais privados para conservar e construir estradas, instalar sistemas de gás, de energia elétrica e outros serviços públicos.

Há quase uma década os brasileiros sentem na carne os efeitos da crise do Estado e da falta de investimentos, sem que as elites políticas e os representantes da sociedade civil promovam as mudanças necessárias para a retomada do crescimento e a contenção da escalada inflacionária.

Cansados de crises, muitos empresários preferem hoje investir em Miami ou no Paraguai e milhões de brasileiros migraram para o Japão, para Portugal e para os Estados Unidos em busca de trabalho. E o que é pior: começamos todos a achar que eles é que têm razão.

□ José Carlos Aleluia, ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, é deputado pelo PFL da Bahia.